

**AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR Nº 2544/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-0656102026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 – SMATI/SMGP**

O Município de Curitiba comunica aos interessados que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO DESTINADO A AMPLA PARTICIPAÇÃO**, cujo Edital assim se resume.

**OBJETO:**

Contratação de instituição financeira para a prestação dos serviços de emissão de boleto bancário referente à inscrição de **candidatos a concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado para a** Administração Direta de Curitiba, pagável em qualquer instituição financeira cadastrada no banco Central, possibilitando o recebimento por meio de PIX, até a data de vencimento, remunerada através de tarifa por boleto liquidado.

**VALOR ESTIMADO:**

O valor total máximo desta contratação é de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço.

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PROPOSTAS:**

As propostas serão recebidas a partir do primeiro dia útil seguinte da data da publicação do edital, ou seja, das **10h do dia 29 de junho até às 10h do dia 13 de julho de 2026**.

**LANCES:**

Os lances serão recebidos, exclusivamente, por meio da Internet, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)), no dia **13 de julho de 2026 das 10h05min. às 10h35min.**

Edital a ser publicado em 26 de junho de 2026.

**Daniele Regina dos Santos**  
**Secretária Municipal de Gestão de Pessoal**

## 1. INTRODUÇÃO

**1.1.** O Município de Curitiba torna público que a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, DESTINADO À AMPLA PARTICIPAÇÃO, na forma eletrônica, utilizando-se de recursos da tecnologia de informação, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (sistema e-Compras Curitiba [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)).

**1.2.** A licitação será realizada pelo critério de julgamento “**menor preço**”, conforme autorização para licitar nº 2544/2026, nos Termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, Decretos Municipais: 962/2016, 383/2023, 385/2023, 387/2023, 388/2023, 700/2023, 1.346/2023, 1.392/2023 e 2.051/2025, e de acordo com cláusulas abaixo descritas.

**1.3.** Para o exercício seguinte, novas dotações serão informadas tomando-se por base o PPA 2026/2029 e a LOA do ano correspondente.

## 2 INDICAÇÃO DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

**2.1.** O Pregoeiro e a equipe de apoio designados por meio da Portaria nº 548/2024, responsáveis pelo presente Pregão Eletrônico são:

**Pregoeiro:**

Soeli Pereira da Silva Teixeira

**Equipe de Apoio:**

Djanani Mendes de Brito

Sandra Terezinha Pereira dos Santos

**2.2.** Na ausência da pregoeira responsável, o presente pregão será conduzido e julgado por um dos agentes designados como equipe de apoio.

**2.3.** O julgamento da licitação dar-se-á pelo pregoeiro, com base nas condições previstas em Edital.

**2.4.** Havendo necessidade de análise técnica para aferir relação de compatibilidade da oferta da licitante com as condições exigidas no Edital, o órgão promotor ficará responsável por esta avaliação.

## 3. OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto desta licitação é Contratação de instituição financeira para a prestação dos serviços de emissão de boleto bancário referente à inscrição de **candidatos a concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado para a** Administração Direta de Curitiba, pagável em qualquer instituição financeira cadastrada no banco Central, possibilitando o recebimento por meio de PIX, até a data de vencimento, remunerada através de tarifa por boleto liquidado, conforme especificações contidas neste instrumento, anexos e no formulário-proposta eletrônico, bem como nos Boletins de Esclarecimentos e Comunicados publicados, os quais são partes integrantes e inseparáveis deste edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

**3.1.** O formulário-proposta eletrônico está disponível no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), na forma de Lista de Itens do processo, onde estão descritas as seguintes informações: número do item, especificações, quantidade, unidade de compra, valor de referência, prazo de entrega, local de entrega, grupo e subgrupo e histórico de preço.

#### **4. ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS, IMPUGNAÇÕES E OFÍCIOS**

**4.1.** As dúvidas, informações ou outros elementos necessários ao perfeito entendimento do presente edital deverão ser dirimidos somente pelo pregoeiro, mediante solicitação por escrito, de até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) ou nos seguintes endereços eletrônicos:

- [steixeira@curitiba.pr.gov.br](mailto:steixeira@curitiba.pr.gov.br)
- [santos@curitiba.pr.gov.br](mailto:santos@curitiba.pr.gov.br)
- [djbrito@curitiba.pr.gov.br](mailto:djbrito@curitiba.pr.gov.br)

**4.1.1.** Consideram-se tempestivas as solicitações encaminhadas até às 23h59min do último dia útil do prazo estabelecido.

**4.2.** É dever dos interessados acompanhar os Boletins de Esclarecimentos, os Comunicados, as solicitações, os avisos e ofícios publicados e emitidos pelo pregoeiro no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), sendo de responsabilidade exclusiva dos licitantes o acompanhamento e a leitura de todos esses documentos. Não serão aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor desses documentos.

**4.3.** Para recebimento dos documentos publicados, o licitante deverá ter um 01 (um) e-mail válido no Portal de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Tecnologia da Informação – SMATI.

**4.4.** Consideram-se lidos os documentos quando o sistema informar o recebimento do e-mail pela empresa ou licitante.

**4.5.** As solicitações feitas serão atendidas nas seguintes formas:

**4.5.1. Boletins de Esclarecimentos** - meio pelo qual serão veiculados os atendimentos a todas as dúvidas levantadas, bem como as informações solicitadas pelos interessados, que serão anexados pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)

**4.5.2. Comunicados** - informações e notícias referentes a este certame emitidos pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)

**4.5.3. Impugnação** - meio pelo qual, nos termos do Decreto Municipal nº 385/2023, nos procedimentos de contratações eletrônicas, qualquer interessado poderá, até **03 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública**, impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, por meio de acesso eletrônico através do site [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)

**4.5.3.1.** Consideram-se tempestivas as solicitações encaminhadas até às 23h59min do último dia útil do prazo estabelecido.

**4.5.4. Ofícios** - comunicação escrita formal. Documento que representa a comunicação oficial do remetente para o destinatário, pois usa do canal escolhido pela lei ou pelas partes para esse fim com o propósito de fazer uma solicitação ou reivindicação oficial.

**4.5.4.1.** Os ofícios disponibilizados no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba: [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), por se tratar de uma comunicação oficial entre o pregoeiro e o licitante durante o julgamento do certame, será visualizado apenas pelo licitante nele informado.

**4.6.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.7.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento tem efeito vinculante.

**4.8.** Caso não seja possível a análise e julgamento da impugnação ou do pedido de esclarecimento no prazo legal, a licitação poderá ser suspensa por determinação da autoridade máxima do órgão promotor, a fim de evitar prejuízos ao atendimento do prazo legal.

**4.8.1.** A decisão pela suspensão da licitação poderá ser delegada, nos termos do §2º do art. 29 do Decreto Municipal nº 2193/2023.

**4.9.** Acolhida a petição de impugnação, será designada nova data para a realização do certame, respeitando o prazo mínimo legal de publicidade do edital.

**4.10.** Não acolhida a impugnação e estando a licitação suspensa, será designada nova data para realização do certame, considerando, no mínimo, o prazo residual de publicidade do edital.

**4.11.** Qualquer solicitação feita fora do prazo previsto no item 4.1. não será conhecida e será considerada intempestiva.

## **5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital, bem como na observância da legislação em vigor, dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive, quanto a recursos.

**5.2.** Poderão participar da presente Licitação:

**5.2.1.** Pessoas jurídicas de qualquer porte, pessoas físicas e microempreendedores individuais que:

- a. satisfaçam integralmente as condições deste edital;
- b. estejam cadastradas no sistema e-Compras Curitiba [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) e;
- c. estejam regularmente estabelecidos no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam incorporados ao objeto do presente Pregão Eletrônico e que execute atividade pertinente e compatível com este objeto.

**5.2.2.** A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**5.2.3.** Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**5.2.4.** Nas contratações públicas de bens, serviços e obras será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor pessoa física e ao microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**5.3.** Nos procedimentos eletrônicos de contratação municipal decorrentes de procedimento licitatório o interessado deve estar cadastrado para o grupo e subgrupo do objeto da licitação, nos termos do Decreto Municipal nº 388/2023.

**5.4.** O interessado enquadrado na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá, no momento do cadastramento no sistema e-Compras Curitiba, fazer a opção de seu enquadramento fiscal para possibilitar a aplicação das disposições da legislação específica.

**5.4.1.** A ausência de identificação como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual impedirá que o sistema e-Compras Curitiba identifique o benefício previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais normas correlatas.

**5.4.2.** A identificação inadequada no enquadramento na definição legal reservada à microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual configura fraude no certame, sujeitando o licitante à aplicação de penalidade.

**5.5.** Não poderão participar desta licitação:

- I. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- II. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- III. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- IV. empresa de qualquer porte e microempreendedor individual integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que se utilizem de recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- V. os licitantes que se enquadrem no previsto do §4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- VI. aqueles que tenham sido declarados inidôneas por qualquer esfera federativa ou suspensas de licitar ou impedidas de licitar ou de contratar com o Município de Curitiba, enquanto durarem os efeitos da sanção;
- VII. nenhum servidor efetivo, empregado público ou comissionado da Administração direta e

indireta do Município poderá ser diretor, proprietário, de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, nos termos do art. 98 da Lei Orgânica do Município;

- VIII. enquanto mantiverem vínculo com a administração pública municipal ou antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias após findo o respectivo vínculo, os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, os Presidentes de Entidades da Administração indireta municipal e os ocupantes de funções que possibilitem ordenação de despesas públicas, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sendo que não poderão ser diretor, proprietário, ou que firme qualquer modalidade de contrato com o Município.

**5.6.** A vedação a que se refere o inciso II do item 5.5 aplica-se desde o período em que se inicia a fase preparatória do processo de contratação e se estende ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, quando se tratar de servidor efetivo, empregado público ou comissionado que atue na formalização do contrato como dirigente ou ordenador de despesa do órgão ou entidade Contratante, e ainda aquele que desempenhe função na licitação, na fiscalização ou na gestão contratual.

**5.7.** Nesta licitação não será aceita a participação de empresas em consórcio e nem a subcontratação.

## **6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** As propostas serão recebidas a partir do primeiro dia útil seguinte ao dia da publicação do edital, ou seja, até às **10h, do dia 29 de junho de 2026** até às **10h do dia 13 de julho de 2026**, exclusivamente no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

**6.1.1.** Para a formação da oferta, o interessado deverá observar as condições e exigências descritas neste edital e no termo de referência, parte integrante deste instrumento.

**6.2.** Para acessar o formulário para o envio da proposta, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, digitar o seu login e a sua senha de acesso ao sistema e-Compras Curitiba: [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

**6.3.** O envio de proposta para este Pregão Eletrônico será considerado como evidência de que o interessado:

- a. examinou criteriosamente todos os documentos do edital e quaisquer outros publicados; que os comparou entre si e obteve do pregoeiro informações escritas sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;
- b. assume integral responsabilidade pela entrega do objeto licitado, se vencedor da licitação;
- c. considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de proposta totalmente satisfatória;
- d. incluiu nos preços apresentados todas as despesas e encargos necessários para o objeto licitado.

**6.4.** No momento do envio da proposta no sistema e-Compras Curitiba os interessados deverão dar o "aceite" às condições estabelecidas no regulamento do presente Pregão Eletrônico, momento em que declara:



- a. que conhece e aceita o regulamento do sistema e-Compras Curitiba;
- b. a responsabilidade pelos atos praticados no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- c. que não foi declarado inidôneo por qualquer esfera federativa e de que não está suspenso de licitar ou impedido de licitar ou contratar com o Município;
- d. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- f. o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;
- g. o enquadramento nas condições previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, quando for o caso;
- h. o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e Aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, se couber.
- i. cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estipula a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- j. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- k. o licitante organizado em cooperativa declara que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**6.5.** A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções legais.

**6.5.1.** A pregoeira poderá, a qualquer, momento solicitar a comprovação das declarações realizadas.

**6.6.** Após o preenchimento do campo do preço, os interessados deverão enviar as suas propostas, que permanecerão criptografadas e invioladas até o momento da abertura da sessão para o envio dos lances.

**6.7.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**6.8.** Caso o preço máximo seja indicado na tela pelo pregoeiro, as propostas deverão a ele se limitar, sob pena de recusa pelo sistema e desclassificação da proposta.

**6.9.** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**6.9.1.** O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de seu envio.

**6.9.2.** Todos os elementos contidos na proposta têm efeito vinculante ao licitante que a enviou.

**6.10.** Não será aceito qualquer outro meio de comunicação, que não o previsto no item 6.1 do edital, mesmo para comunicar ou informar engano, erro ou omissão no envio da proposta cometido pelo fornecedor, por seu funcionário ou agente a quem esta tarefa tenha sido delegada;

**6.11.** Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**6.12.** Após a apresentação das propostas, o sistema ordenará, automaticamente, aquelas classificadas provisoriamente para a participação da etapa de lances.

## **7. APRESENTAÇÃO DOS LANCES NA SESSÃO PÚBLICA**

**7.1.** O presente Pregão será pelo modo de disputa “**aberto**”.

**7.2.** Os licitantes que apresentaram proposta poderão participar da fase de lances, com lances sucessivos, no horário fixado para abertura da sessão pública, nos termos do Decreto Municipal nº 385/2023.

**7.3.** Os lances serão recebidos, exclusivamente, no dia **13 de julho de 2026 das 10h05min. às 10h35min.**, por meio do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

**7.4.** Encerrado o certame, o sistema ordenará os lances na ordem de vantajosidade.

**7.5.** Os lances deverão ser iguais ou inferiores ao último valor apresentado.

**7.6.** Neste Pregão Eletrônico, em que o critério de julgamento é de menor preço por item, conforme item 8 deste edital, serão aceitos lances intermediários.

**7.6.1.** O lance intermediário é aquele em que o licitante não tem interesse ou não pode baixar o seu lance relativamente ao primeiro colocado, hipótese em que oferta um lance com valor superior ao lance registrado, mas inferior ao último lance por ele mesmo ofertado (em se tratando de menor preço).

**7.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais.

**7.7.1.** Havendo lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado por primeiro.

**7.8.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante até o final da fase de lances.

**7.9.** Se constatada na etapa de envio de lance a inviabilidade de manutenção do preço ofertado, este poderá ser cancelado a pedido do licitante ou a critério do pregoeiro, mediante motivação.

**7.10.** O sistema e-Compras Curitiba fará a avaliação das propostas, conforme o critério de julgamento do certame, e informará o melhor valor, sem identificar os seus detentores.

**7.11.** No lance, o interessado deverá observar as condições e exigências descritas neste edital e nele incluir todos os custos, despesas, tributos, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte) e todo e qualquer encargo que incidir sobre o objeto.

**7.12.** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 104 do Decreto Municipal nº 385/2023.

**7.12.1.** Os licitantes empatados podem apresentar, em até 30 minutos após a classificação, nova proposta final para desempate, conforme §1º, do art. 104, do Decreto Municipal nº 385/2023.

**7.13.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**7.14.** Após a etapa de envio de lances, o sistema eletrônico os ordenará de acordo com a classificação para o início da fase de negociação.

**7.14.1.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.14.2.** Na negociação, o pregoeiro encaminhará contraproposta ao licitante que tenha apresentado melhor oferta, conforme o critério de julgamento, para obtenção de condições mais vantajosas.

**7.14.3.** O prazo para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação e, se for o caso, dos documentos complementares relativos aos valores negociados, deverá ser de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema.

**7.15.** Será informada a lista dos licitantes classificados com os melhores lances no certame, conforme o critério de julgamento, que estará disponível no site: [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), no mapa comparativo e no histórico de lances.

**7.16.** Finda a etapa competitiva no sistema eletrônico, o pregoeiro dará continuidade às fases subsequentes para julgamento e conclusão do procedimento licitatório.

**7.17.** O licitante deverá acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública virtual, sendo de sua responsabilidade o ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.18.** Todas as referências a horários previstas neste edital, observarão, obrigatoriamente, o horário oficial de Brasília - DF e serão registradas no sistema eletrônico.

**7.19.** Na hipótese de não ter sido indicada a data de divulgação do resultado no sistema eletrônico, o pregoeiro informará, por meio de comunicado, a data para a divulgação oficial.

## **8 JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**8.1.** No presente Pregão Eletrônico será adotado o critério de julgamento “MENOR PREÇO”

**8.2.** Para o julgamento da proposta serão consideradas todas as condições detalhadas no termo de referência, parte integrante deste Edital.

**8.3.** Serão desclassificadas as propostas que:

- I. contiverem vícios insanáveis;
- II. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e nos seus anexos;
- III. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem em desacordo com o orçamento estimado para a contratação;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**8.4.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**8.5.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**8.6.** Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do Edital e estando seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita e, mesmo nesta hipótese, o pregoeiro poderá negociar, visando à obtenção de condições mais vantajosas à Administração Pública.

**8.7.** A pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração, nos termos da legislação vigente.

## **9 PROCEDIMENTOS APÓS A FASE DE LANCES PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:**

**9.1.** No presente certame, como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e alterações e Decreto Municipal nº 962/2016 e alterações.

**9.2.** Quando houver empate ficto, após a fase de lances, o sistema eletrônico de compras do Município de Curitiba fará a validação automática da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, nos termos do Decreto Municipal nº 962/2016 e alterações.

**9.3.** Entende-se por empate ficto, neste certame, as situações em que as propostas apresentadas pela Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual é igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada.

**9.3.1.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se enquadram no empate ficto que deram o aceite e enviaram lances, para efeito de julgamento será considerado os que tinham o menor valor durante a fase de lances.

**9.4.** Os procedimentos a serem adotados, no sistema de compras eletrônicas da Prefeitura Municipal de Curitiba, quando ocorrer empate ficto serão os seguintes, conforme Decreto Municipal nº 962/2016:

**9.4.1.** O Sistema e-Compras Curitiba solicitará para os licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, que se enquadram no empate ficto, o aceite das condições estabelecidas para envio dos novos lances menor do valor classificado. O tempo para dar o aceite será de 05 (cinco) minutos, a partir do horário de encerramento da sessão de lance do processo.

**9.4.2.** Após o aceite por parte das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, o tempo para o envio do(s) novo(s) lance(s) será de acordo com o número de ITENS de cada processo, conforme descrito abaixo:

**9.4.2.1.** De 01 a 10 itens - 05 minutos, de 11 a 30 itens - 15 minutos, mais de 31 itens - 30 minutos.

**9.5.** Na hipótese de o licitante classificado no empate ficto for desclassificado ou inabilitado, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes e assim sucessivamente até onde ocorrer o empate

ficto de 5%, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais terão preferência de acordo com a Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**9.5.1.** Só será classificado o licitante que aceite a oferecer proposta inferior àquela considerada o melhor valor do certame.

**9.6.** Caso não haja empate ficto ou se a vencedora for uma Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, o julgamento será feito na ordem de classificação obtida na relação das empresas classificadas após o término da sessão de lances.

**9.7.** Na hipótese de haver valores idênticos ofertados por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, será procedido ao sorteio para definição da ordem final de classificação.

**9.8.** Não havendo a contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

## **10 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** Para a habilitação serão observadas as disposições constantes no Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021; as condições previstas neste edital e as diretrizes estabelecidas nos Decretos Municipais nºs 388/2023, 700/2023 e 2.051/2025.

**10.2.** Para a habilitação serão exigidos os seguintes documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante em realizar o objeto da licitação:

- I. jurídica;
- II. fiscal, social e trabalhista;
- III. econômico-financeira; e
- IV. quando aplicável, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e Aprendiz previstas em lei e em outras normas específicas, podendo a Contratada se apoiar nos programas e serviços desenvolvidos pelo Município, que visam à formação e inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, inscritos no "Portal Aprendiz" (<https://aprendiz.curitiba.pr.gov.br/>) e demais Programas sob a gestão da Fundação de Ação Social.

**10.3.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no Município de Curitiba.

**10.3.1.** Caso o fornecedor melhor classificado tenha realizado apenas o pré-cadastro para participação em licitações no Município de Curitiba, os documentos de habilitação serão solicitados por meio do campo "Ofício" no sistema e-Compras. O fornecedor deverá apresentá-los no prazo de 02 (dois dias), sob pena de inabilitação.

**10.4.** Para os documentos exigidos no edital ou no Termo de Referência que não estejam contemplados no cadastro, será concedido prazo de 24h (vinte e quatro horas) para a apresentação, ficando o licitante sujeito à inabilitação caso não atenda ao exigido.

**10.5.** A análise da documentação de habilitação será realizada exclusivamente em relação ao licitante melhor classificado, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.5.1.** Para fins de celeridade processual, poderão ser consultadas informações já registradas no Cadastro de Fornecedores do Município-CRC, conforme os Decretos Municipais nº 388/2023 e nº 2.051/2025, bem como dados constantes no SICAF, sem prejuízo da obrigação de apresentação dos demais documentos exigidos neste edital.

**10.6.** Se o licitante melhor classificado for inabilitado, será, sucessivamente, avaliada a habilitação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

**10.7.** Para o julgamento da habilitação, nos casos em que o fornecedor detenha o CRC, o pregoeiro poderá verificar o documento denominado – Relação de Fornecedor, disponível no Portal [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), onde consultará:

- I. a validade dos documentos;
- II. se os documentos estiverem vencidos, mas passíveis de verificação de validade na *internet*, onde se constate que estão vigentes, o licitante poderá ser habilitado.

**10.8.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante mais bem classificado, o pregoeiro notificará formalmente o licitante que disporá de até três oportunidades para sanar as irregularidades apontadas, devendo cada correção ser apresentada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação, conforme § 1º do art. 14 do Decreto Municipal nº 2.051/2025.

**10.8.1.** A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções, nos termos da legislação vigente, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**10.9.** Além dos documentos exigidos para habilitação, poderão ser exigidos outros documentos relacionados neste edital e no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**10.9.1.** Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência que não contenham prazo de validade expressamente indicado deverão ter sido emitidos há, no máximo, três meses, contados da data de sua expedição.

**10.9.1.1.** Excetuam-se da regra de prazo prevista no item 10.9.1 os atestados de capacidade técnica

**10.9.1.2.** O prazo previsto no item 10.9.1. poderá ser diverso, se assim dispuser norma específica.

**10.10.** Na fase do julgamento da habilitação não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.11.** O pregoeiro poderá notificar o licitante concedendo prazo para regularização e atualização dos documentos.

**10.12.** Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **I - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**10.13.** Para demonstrar a aptidão econômica em cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, nos termos do Decreto Municipal nº 2.051/2025 será exigido a seguinte documentação:

- I. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
- II. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**10.13.1.** Os documentos referidos no inciso I, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**10.13.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**10.14.** A comprovação da situação financeira será constatada mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela empresa interessada dos índices econômicos deste artigo, de forma cumulativa, com aplicação das fórmulas específicas, conforme segue:

I - índice de Liquidez Corrente (ILC) a 1.00:

ILC: Ativo Circulante / Passivo Circulante

II - índice de Liquidez Geral (ILG) 2 1.00:

ILG: (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)

III - Solvência Geral (SG) 21.00:

SG: Ativo Total / (Passivo Circulante \* Exigível a Longo Prazo)

VII - Patrimônio Líquido (PL) 10% do valor anual estimado da contratação.

PL: (Patrimônio Líquido / Valor anual estimado da contratação) x 100"

**10.14.1.** A comprovação que trata o item 10.14, é exigida para os exercícios sociais citados no inciso I e § 1º do art. 6º do Decreto Municipal 2.051/2025, devendo ser demonstrada com memória de cálculo assinada por representante legal da empresa e contador habilitado e será aferida por contador da Administração.

**10.14.2.** Na hipótese de complementação ou atualização de documentos, de acordo com os Incisos I e II do Art. 17 do Decreto Municipal nº 2.051/2025, o licitante será formalmente

notificado e disporá de até três oportunidades para sanar as irregularidades apontadas, devendo cada correção ser apresentada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação.

**10.14.3.** O não atendimento às solicitações dentro dos prazos e limites estabelecidos implicará a inabilitação do licitante e sua consequente desclassificação, com a convocação do licitante classificado na posição subsequente para apresentação da documentação de habilitação.

**10.15.** O Microempreendedor Individual - MEI, não tem a obrigação de produzir e apresentar os balanços patrimoniais.

## **11 CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA A HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**11.1.** Para a habilitação da microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, serão observadas as disposições constantes neste edital e as diretrizes estabelecidas nos Decretos Municipais nºs 388/2023 e 2.051/2025.

**11.2.** A microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, é responsável por solicitar seu desenquadramento de acordo com o art. 8º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 2.051/2025, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos em Lei.

**11.3.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes enquadradas na condição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, conforme art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**11.3.1.** A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções, nos termos da legislação vigente, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, nos termos da legislação vigente.

## **12 RECURSOS**

**12.1.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021, nos termos dos artigos 165 e 168 e do Decreto Municipal nº 385/2023, cabem recurso e pedido de reconsideração.

**12.2.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.3.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação do resultado do julgamento.

**12.4.** A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.



**12.5.** O licitante que tiver interesse em recorrer do resultado divulgado no site [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), deverá manifestar a sua intenção, **em até 20 (vinte) minutos** após a publicação do resultado de julgamento, abrindo-se, então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso, nos termos do Decreto Municipal nº 385/2023.

**12.5.1.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início após a finalização do prazo recursal e da divulgação do comunicado da interposição do recurso pelo pregoeiro.

**12.5.2.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.5.3.** As manifestações de intenção de recurso, os recursos administrativos e as contrarrazões deverão ser encaminhados pelo site [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

**12.6.** Não serão conhecidas a intenção de recorrer ou as razões recursais que não tenham sido encaminhadas dentro do prazo legal.

**12.7.** A ausência de manifestação do licitante dentro do prazo estabelecido importará na decadência do direito de recurso.

**12.8.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade máxima superior, a qual deverá proferir sua decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.8.1.** Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente poderá ser auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico e pelas áreas técnicas, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias, nos limites de suas competências.

**12.9.** Não havendo manifestação de interesse em interpor recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para a adjudicação e homologação.

**12.10.** Decididos os recursos, conforme avaliação do mérito, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará a licitação.

## **13 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**13.1.** Encerradas as fases de julgamento da proposta e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade máxima do órgão promotor, que poderá:

- I. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**13.2.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**13.3.** Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará a licitação.

## **14 DA CONTRATAÇÃO**

**14.1.** A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato, conforme minuta de Contrato, contida no **Anexo I do Termo de Referência**.

**14.2.** Considera-se contrato o ajuste entre órgãos ou entidades da Administração e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.

**14.3.** Após a homologação da licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação vigente, este edital e seus anexos

**14.4.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, de acordo com o interesse público.

**14.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

**14.6.** A Administração realizará as providências internas necessárias à lavratura e assinatura do contrato, conforme as disposições do Decreto Municipal nº 700/2023.

**14.7.** Como condição para a celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

**14.8.** Farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo licitante vencedor.

**14.9.** As obrigações da Contratada e do Contratante serão aquelas definidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, partes integrantes deste edital.

**14.10.** O Contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e Aprendiz previstas em lei e em outras normas específicas, podendo a contratada se apoiar nos programas e serviços desenvolvidos pelo Município, que visam à formação e inclusão de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, inscritos no "Portal Aprendiz" (<https://aprendiz.curitiba.pr.gov.br/>) e demais Programas sob a gestão da Fundação de Ação Social.

**14.11.** O contratado deverá informar à contratante eventual modificação do percentual de reserva para fins de acompanhamento e fiscalização do contrato, sujeitando-se à imposição de penalidades em caso de descumprimento.

**14.12.** O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado se acordos as partes e desde que obedecida a legislação vigente, até o limite de 60 meses.

**14.13.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e normativas municipais.

**14.14.** O Contratante se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se estiver em desacordo com o contrato ou condições pré-fixadas no edital e anexos.

## **15 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**15.1** Ficam designados como Gestor e Suplente da contratação decorrente deste Pregão Eletrônico e para o exercício das atribuições constantes no Decreto Municipal nº 700/2023 e demais legislações pertinentes, os respectivos servidores: Thiago Felipe Ribeiro dos Santos, matrícula 186.437 e Geruza de Souza de Melo Carvalho, matrícula 85.889.

**15.2** Ficam os gestores e fiscais proibidos de intervir indevidamente na gestão interna do contratado.

**15.3** É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração do contratado, nos termos do art. 70 do Decreto Municipal nº 700/2023.

## **16 DA ENTREGA DO OBJETO**

**16.2** Os prazos e os métodos para a realização execução do serviço estão definidos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

## **17. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**17.1.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 700/2023:

I. unilateralmente pela Administração:

- a. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b. quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;

II. por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em

relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**17.2.** A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas ou data base dos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho.

**17.4.** Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste sobre os insumos após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, no percentual decorrente da aplicação do índice.

**17.5.** Caberá o reajuste de preço em sentido estrito, excepcionalmente, na hipótese do transcurso de 12 (doze) meses entre a data do orçamento estimado (30/04/2025) até a data do efetivo adimplemento da obrigação, nos termos do § 1º do art. 112 do Decreto Municipal n.º 700/2023, caso em que será aplicado o índice IPCA/IBGE, nos termos da Instrução Normativa n.º 03/2023 da SMF.

**17.6.** O intervalo mínimo de 12 (doze) meses para o primeiro reajuste será contado a partir da data de apresentação da proposta do orçamento.

**17.7.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**17.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço de eventual valor remanescente.

## **18. DO EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

**18.1.** É dever do licitante verificar todas as Notas de Empenho/Autorização de Fornecimento no sistema e-Compras Curitiba, conforme Decreto Municipal nº 1.603/2009.

**18.2.** A contratação tem base em contratos a ser lavrado no momento da aquisição do serviço.

**18.3.** As consultas devem ser realizadas no sistema e-Compras Curitiba, no menu do portal personalizado "Relatórios e Empenhos/Autorização de Fornecimento".

**18.4.** A aceitação do empenho pela vencedora da licitação após o prazo de validade da proposta importa em prorrogação tácita do prazo da proposta, que não desonera o licitante de dar cumprimento aos prazos previstos para entrega do objeto. Eventual atraso no cumprimento das obrigações será passível de penalização, nos termos do instrumento convocatório.

**18.5.** O Órgão promotor considerará para efeitos de prazo de entrega/execução de serviços a data da liberação da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento constante no relatório obtido junto ao Sistema de Gestão Pública do Município, que estará à disposição dos interessados sempre que ocorrer dúvidas quanto a data da liberação.

## **19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**19.1.** O pagamento das despesas oriundas do certame é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 700/2023, sem prejuízo das disposições constantes das normas gerais de finanças públicas e normativas expedidas pela SMF, no que couber.

**19.1.1.** O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do atesto do serviço do objeto, após comprovado o adimplemento de todas as obrigações, já deduzidas as glosas, quando for o caso.

**19.2.** A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar a Contratada pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

**19.3.** Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

**19.4.** Após a entrega, a Contratada deverá formalizar o pedido de pagamento via Sistema PROCEC PAGAMENTOS, através do seguinte endereço eletrônico:  
<https://procecpagamentos.curitiba.pr.gov.br/>.

**19.4.1.** Os procedimentos e a forma de acesso ao PROCEC PAGAMENTOS estão disponíveis no Guia de Serviços, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/procec-pagamentos/777>;

## **20 DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS**

**20.1.** Caberá revisão dos preços, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, conforme procedimentos previstos no art. 127 do Decreto Municipal nº 700/2023.

**20.2.** Compete ao gestor do contrato o atesto quanto à existência dos fatos geradores nos termos do caput deste artigo e na hipótese de evento externo à vontade das partes, imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis.

**20.3.** O reequilíbrio econômico-financeiro, será pelo índice geral de preços nos termos da Instrução Normativa nº 3/2023 da SMF.

**20.4.** A atualização monetária é devida em razão do processo inflacionário e da desvalorização da moeda, devendo ser calculada desde a data em que deveria ser efetuado o pagamento da fatura de

determinada parcela do contrato até seu pagamento efetivo, de acordo com as normativas internas da SMF.

**20.4.1.** A atualização monetária é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o Contratado não seja responsável pelo atraso.

**20.4.2.** A atualização monetária de que trata este artigo será devida caso o pagamento ocorra após 30 (trinta) dias do atesto do recebimento definitivo.

**20.4.3.** A atualização monetária, quando aplicável, deve ser calculada por critérios estabelecidos obrigatoriamente no edital e no contrato, nos termos das normativas internas da SMF.

**20.5.** Aplicam-se a esta contratação as regras de preclusão previstas no art. 130 a 133 do Decreto Municipal nº 700/2023.

## **21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

**21.1.** Observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, o licitante será responsabilizado administrativamente pelo descumprimento de qualquer condição estabelecida neste edital e pelo cometimento das infrações a que der causa, tais como:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- II. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- III. não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento;
- V. fraudar a licitação;
- VI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VII. praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
- VIII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**21.2.** Pelas infrações cometidas pelo licitante poderão ser aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I. multa;
- II. impedimento de licitar e contratar;
- III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**21.3.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação.

**21.3.1.** Para as infrações previstas nos incisos I a III do item 21.1., a multa será de 0,5% a 15% do valor da contratação.

**21.3.2.** Para as infrações previstas nas alíneas IV a VIII do item 21.1., a multa será de 15% a 30% do valor da contratação.

**21.3.3.** Se a multa aplicada for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela



Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**21.3.4.** A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, nos termos do parágrafo único do art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.4.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes condutas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**21.4.1.** Na licitação:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**21.5.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações:

**21.5.1.** Na licitação:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa;
- b) fraudar a licitação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**21.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes condutas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

**21.6.1.** Na licitação:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**21.7.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**21.8.** A aplicação de qualquer penalidade não prejudica o direito da Administração de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo ainda reter créditos decorrentes da contratação ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial por eventuais perdas e danos.

**21.9.** Os efeitos da aplicação da penalidade e o procedimento para a sua aplicação decorrente de infração cometida no curso do procedimento licitatório seguirá o rito previsto no Decreto Municipal nº 700/2023.

**21.10.** As infrações cometidas no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Reserva-se à autoridade competente o direito de revogar, motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, visando ao interesse da Administração, devendo anulá-la por ilegalidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**22.2.** Caso no dia previsto para o recebimento das propostas ou recebimento dos lances não haja expediente no órgão em que se realiza a licitação, esta será suspensa e o pregoeiro emitirá Comunicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) informando a nova data para o recebimento das propostas e/ou dos lances e os interessados cadastrados no e-Compras Curitiba nos grupos e subgrupos do objeto desta licitação receberão o Comunicado, via e-mail.

**22.3.** No caso de desconexão do sistema de informática do órgão que realiza a licitação no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às empresas para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no processo, sem prejuízo aos atos realizados.

**22.3.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício após 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no Portal de Compras do Município de Curitiba ou comunicação expressa às empresas via correspondência eletrônica, que deve acontecer no prazo máximo de 02 (duas) horas úteis após a solução do problema pelos técnicos.

**22.4.** Ao pregoeiro e à equipe de apoio é facultado solicitar dos proponentes esclarecimentos com relação aos documentos ou objeto apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a instruir o processo.

**22.5.** A qualquer tempo, o pregoeiro poderá consultar, na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no PNCP, o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública.

**22.6.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**22.6.1.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da transparência, isonomia e do interesse público.

**22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.8.** O pregoeiro poderá inhabilitar a participante e/ou desclassificar a proposta, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fatos ou circunstâncias supervenientes, que demonstrem descumprimento às condições deste edital e das normas aplicáveis por parte do licitante ou de seus sócios.

**22.9.** Na hipótese de algum documento entregue não ser original, o pregoeiro, caso entenda como necessário, poderá solicitar a apresentação do documento original e realizar a autenticação.

**22.10.** É de responsabilidade do licitante a manutenção das datas atualizadas dos documentos junto ao cadastro, nos termos do Decreto Municipal nº 388/2023.

**22.11.** O licitante que causar impedimentos ao normal e legal andamento desta licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados ao Município, derivados da não conclusão do processo licitatório.

**22.12.** Conforme o artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

**22.13.** O licitante e a Contratada devem observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação.

**22.13.1.** Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano, ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**22.14.** Nos casos em que for constatada a prática de atos contra a Administração, será aplicável o Decreto Municipal nº 1.671/2019, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública municipal e dá outras providências.

**22.15.** O licitante declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e do Decreto Municipal nº 326/2021, ou outro que vier a substituí-lo, obrigando-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante e envolvidos nesta contratação.

**22.16.** Competem ao Contratante as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais, devendo fornecer, tempestivamente, todos os meios para o regular desempenho das atividades da Contratada, principalmente informações e documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do objeto desta licitação. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural relativos ao

tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**22.17.** Os atos essenciais da licitação, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados e juntados no respectivo processo administrativo eletrônico e disponibilizados no Portal de Compras do Município de Curitiba.

**22.18.** É dever dos interessados acompanhar todas as informações disponibilizadas através do Portal de Compras do Município de Curitiba, que serão considerados cientes e intimados, a partir da disponibilização da informação, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de informações, diante da inobservância de quaisquer mensagens publicadas pelo agente operador do certame.

**22.19.** Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

**22.20.** Os casos omissos neste edital, referentes aos procedimentos operacionais da licitação serão resolvidos pelo pregoeiro designado para a condução do presente Pregão Eletrônico.

**22.21.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.21.1.** A Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, encontram-se disponíveis para consulta dos interessados no ícone “Legislação” no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) - link: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/regulamentacao-municipal-lei-federal-de-licitacoes-n-141332021/3414>

**22.22.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Curitiba.

**22.23.** Os atos decorrentes das licitações serão publicados no Portal Nacional de Compras Públicas, no Portal de Compras do Município de Curitiba e no Diário Oficial Eletrônico – Atos do Município de Curitiba.

**22.23.1.** Após a homologação, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Município de Curitiba.

**22.24.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o que consta deste Edital.

## **23 - DOS ANEXOS**

**23.** São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I - termo de referência

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO



ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PLENA CAPACIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA

Edital a ser publicado em 26 de junho de 2026.

**Daniele Regina dos Santos**  
**Secretária Municipal de Gestão de Pessoal**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência e demais documentações remissivas a este, incluindo o Estudo Técnico Preliminar, é para contratação de instituição financeira para a prestação dos serviços de emissão de boleto bancário referente à inscrição de **candidatos a concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado para a Administração Direta** de Curitiba, pagável em qualquer instituição financeira cadastrada no banco Central, possibilitando o recebimento por meio de PIX, até a data de vencimento, remunerada através de tarifa por boleto liquidado.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01.20.06.64586-3	COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS,	Mão de obra	1

### 1.2. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTIDADE DO OBJETO:

1.2.1. O serviço a ser contratado deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Emissão de boleto bancário registrado com código de barras em padrão da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, na modalidade cobrança com registro, a ser recolhido através dos meios disponíveis (terminal de autoatendimento, internet, PIX, etc.);
- b) Arrecadação dos valores relativos às taxas de inscrição dos candidatos em **concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado** da Administração Direta de Curitiba, através da emissão de boletos bancários em favor do Município de Curitiba.

1.2.2. A estimativa do número de boletos bancários registrados nessa contratação é de, aproximadamente, 100.000 (cem mil boletos).



## 2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. A prestação dos serviços se dará no período das inscrições de cada concurso / processo seletivo.

2.1.1 A vigência do contrato será pelo período de 24 meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, se acordado entre as partes e desde que obedecida a legislação vigente.

## 3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal de Curitiba realizará **concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado** para provimento de diversos cargos.

3.2. Para a realização da etapa de inscrição dos candidatos, a que prestará os serviços de organização dos procedimentos depende que a Administração Municipal defina a instituição financeira que será responsável pela emissão dos boletos e recolhimento da taxa de inscrição. De acordo com o entendimento do TCE/PR, a taxa de inscrição é considerada receita pública, deste modo os valores das inscrições devem ser depositados em conta bancária da Administração Municipal.

3.3. Com base nos estudos preliminares realizados e tendo em vista tratar-se de serviço bancário de natureza não executável pela Prefeitura Municipal de Curitiba, optou-se pela contratação de instituição financeira para a prestação do serviço de emissão de boletos.

## 4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto da solução ora proposta é a contratação de instituição financeira para a prestação do serviço de recebimento do valor das inscrições para **concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado**, mediante cobrança bancária.

4.2. O valor da taxa de inscrição será pago pelo candidato, sem ônus para o Município, e este deverá ser creditado em conta bancária da Administração Municipal de Curitiba, específica para esta finalidade, configurada para receber cobrança eletrônica, não receber títulos após o vencimento e não receber títulos vencidos no terminal de autoatendimento.

4.3. A carteira para recebimento deve ser simples, com registro.

4.4. O formato dos arquivos de retorno deve ser CNAB 240.

4.5. A instituição financeira contratada deverá entrar em contato com a Instituição que prestará os serviços de organização dos procedimentos para fins de alinhamento dos sistemas eletrônicos e demais procedimentos necessários à emissão dos boletos bancários.

4.5.1 Durante o período contratual, poderá ter mais de uma instituição prestando serviços de organização dos procedimentos.

## **5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

5.1. Serão designados agentes públicos para o acompanhamento e a fiscalização da prestação do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da instituição financeira contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

O critério de medição será a entrega do objeto conforme Termo de Referência.

A instituição financeira contratada repassará após cada período de inscrição, relatório de aviso de débito referente aos boletos emitidos e pagos, informando:

- a) Quantidade de tarifas de liquidação;
- b) Valor unitário de tarifa de liquidação;
- c) Valor total de tarifas de liquidação.

Após a emissão do relatório final, o Município providenciará a emissão do empenho escritural.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE JULGAMENTO**

O critério do Pregão Eletrônico será pelo MENOR PREÇO.

## **8. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor global da contratação será com base no quantitativo de inscrições e no valor da taxa cobrada por boleto liquidado, conforme orçamento estimado: R\$ 176.000,00.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária: 06001.04122.0007.2023.339039.0.1.000

## **10. DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA SOBRE EXISTÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA**

Para esta contratação não será exigida garantia de proposta.

## **11. DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA SOBRE EXISTÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Para esta contratação não será exigida garantia de execução.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Para a prestação do serviço objeto deste processo de dispensa de licitação, não será admitida subcontratação.

## **13. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

13.1 Para a habilitação, serão observadas as disposições constantes no Capítulo VI do Título II da Lei Federal nº 14.133/2021, as condições previstas neste edital e as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 388/2023 e no Decreto Municipal nº 2051/2025, alterado pelo Decreto Municipal nº 707/2026.

13.1.1 Serão analisados os documentos relativos à: habilitação jurídica, à qualificação técnica e à regularidade fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

13.1.2 A proponente que na lista de classificados apresentar MENOR LANCE, deverá encaminhar os documentos abaixo indicados, A/C do agente operador do certame, nos endereços eletrônicos e no prazo indicado no Edital de Embasamento.

13.1.3 A não apresentação dos documentos ou apresentação dos documentos os quais não atendam ao exigido acarretará na desclassificação da proposta.

### **13.2 Habilitação jurídica:**

Para habilitação jurídica, deverá apresentar:

- I.Existência jurídica da pessoa;
- II.Autorização para o exercício da atividade a ser contratada

### **13.3 Qualificação Técnica**

Para qualificação técnica, deverá apresentar declaração de plena capacidade técnica, operacional e administrativa, conforme modelo no ANEXO II deste Termo de Referência.

### **13.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista,**

Apresentar

- I. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei
- IV. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- V. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil; e
- VII. Declaração do cumprimento do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou declaração de não se enquadrar na obrigatoriedade, quando for o caso.

### **13.5 Habilitação econômica-financeira**

Conforme **art. 7º do Decreto Municipal nº 2.051/2025, alterado pelo Decreto Municipal nº 707/2026,** será exigida do participante melhor classificado para demonstrar a aptidão econômica em cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato:

- I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis;
- II - certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

A comprovação da situação econômico-financeira será realizada mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento, pela empresa interessada, dos índices econômicos previstos neste artigo, com a aplicação das fórmulas específicas, conforme segue:

I - índice de Liquidez Corrente (ILC) a 1.00:

ILC: Ativo Circulante / Passivo Circulante

II - índice de Liquidez Geral (ILG) 2 1.00:

ILG: (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)

III - Solvência Geral (SG) 21.00:

SG: Ativo Total / (Passivo Circulante \* Exigível a Longo Prazo)

VII - Patrimônio Líquido (PL) 10% do valor anual estimado da contratação.

PL: (Patrimônio Líquido / Valor anual estimado da contratação) x 100"

Conforme art. 20 do Decreto Municipal nº 2051/2025, alterado pelo Decreto Municipal nº 707/2026, a aplicação cumulativa dos índices previstos nos incisos I, II, III e VII, previstos no art. 7º, deverá ser utilizada como referência para as contratações de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra- SEM DEMO.

13.6 A documentação exigida para fins de habilitação referente à qualificação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da(s) licitante(s) melhor classificadas poderá ser substituída pelo registro cadastral do Município de Curitiba, caso a licitante possua cadastro no Município.

13.7 O não atendimento às solicitações dentro dos prazos e limites estabelecidos implicará a inabilitação do licitante.

## 14. ANÁLISE DOS RISCOS

a. O quadro abaixo descreve os prováveis riscos desta contratação e a estratégia para eliminar ou minimizar a sua ocorrência:

Risco	Dano	Estratégia para eliminar/ minimizar o risco
Fraude: emissão de boletos falsos.	Boletos falsos, com pagamento da taxa de inscrição não validado podem gerar responsabilidade	Verificar se o banco adota estratégias de segurança, oferece ferramentas de validação de boletos e mantém padrões de

Risco	Dano	Estratégia para eliminar/ minimizar o risco
	para o banco e para a organizadora do concurso	segurança robustos, como firewalls e sistemas de prevenção de intrusão, protegendo a comunicação entre o banco e seus clientes.
Erro de processamento: boletos duplicados, inválidos ou não registrados corretamente.	Erros no processamento do pagamento podem levar à exclusão do candidato do concurso.	O banco deve utilizar ferramentas de monitoramento das transações em tempo real, identificando falhas e solucionando problemas rapidamente.
Falta de segurança para os dados sensíveis dos candidatos.	Dados compartilhados indevidamente podem gerar prejuízos para quem teve os dados vazados e responsabilização do banco e da Administração Municipal.	Contratar instituição financeira que utilize redes seguras e não compartilhe dados sensíveis por canais não oficiais.
Limitações dos canais de pagamento.	Oferecer poucas opções digitais locais ou menos pontos de atendimento pode desestimular ou prejudicar a inscrição por candidatos.	Selecionar instituição financeira que possua uma boa rede de atendimento e opções para pagamento digital.
Dificuldade de integração com o sistema eletrônico utilizado pela Instituição para a gestão das inscrições.	Falta de compatibilidade entre o sistema de emissão de cobrança/ recolhimento da taxa de inscrição e o sistema de gestão da instituição contratada para a realização do concurso pode atrasar o processo seletivo ou impedir as inscrições.	Contratar instituição financeira que possua um sistema de cobrança de fácil configuração/ parametrização.

## 15. DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO A SER CONTRATADA

- Possuir a solução de cobrança para a execução do objeto do contrato;
- Disponibilizar diariamente arquivo de retorno para que sejam baixados (download) e carregados no sistema de gestão das inscrições da Instituição responsável pela execução de todas as etapas do concurso;



- c. Bloquear o sistema de emissão de boleto à meia noite do último dia de inscrição, não permitindo que o candidato imprima boleto após este horário;
- d. Receber pagamento da taxa, respeitando o horário de compensação bancária até o dia seguinte após o término da inscrição;
- e. Repassar à contratante as informações necessárias ao bom desempenho da cobrança, inclusive referente aos boletos liquidados e não liquidados;
- f. Acolher as inclusões e liquidações de boletos e processá-los no dia da ocorrência, não se responsabilizando por problemas oriundos da contratante ou do Instituto por ela contratado para a execução das etapas do concurso;
- g. Emitir, diariamente, relatório eletrônico de retorno, extrato da posição da carteira, quando houver movimentação na carteira;
- h. Resolver no prazo máximo de 02 (duas) horas, problemas oriundos do seu sistema eletrônico que possam prejudicar o bom andamento das inscrições e transmissão de informações, via arquivo de retorno;
- i. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessário, nos termos do Art. 125 da Lei Federal nº 14.133 de 10 de junho de 2021.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- a. Acompanhar, fiscalizar, controlar e validar os serviços prestados pela contratada;
- b. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, preferencialmente, através de e-mail oficial constante no cadastro de fornecedores;
- c. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

## **18. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

Este Termo de Referência foi elaborado pelo Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal.

Eliane Costa

Matrícula nº 76636

Agente de Planejamento – conforme Portaria nº 1529/2025

## ANEXO II

### MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº XXXX para **Prestação de Serviços de Cobrança Bancária**, que entre si fazem o MUNICIPIO DE CURITIBA e  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o MUNICIPIO DE CURITIBA, CNPJ nº 76.417.005/0001-86, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gestão de Pessoal **DANIELE REGINA DOS SANTOS**, CPF/MF nº 872.198.679-72, e de outro lado XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ sob o XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado XXXXXXXXXXXXXXXX inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, ajustam o presente contrato de prestação de serviços tendo em vista o contido no Processo nº 01-065610/2026 referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e Anexos, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 700/2023, mediante as seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de instituição financeira para a prestação dos serviços de emissão de boleto bancário referente à inscrição para **concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado** pagável em qualquer instituição financeira cadastrada no banco Central, possibilitando o recebimento por meio de PIX, até a data de vencimento, remunerada através de tarifa por boleto liquidado e baixa, conforme especificações contidas no edital nº de Pregão Eletrônico nº 066/2026 e no Termo de Referência.

#### **Parágrafo primeiro**

A **CONTRATADA** prestará ao **CONTRATANTE**, o serviço de cobrança de boleto de pagamento regulamentado pela Circular 3.598, de 06 de junho de 2012, alterada pela Circular 3.656, de 02 de abril de 2013, do Banco Central do Brasil – Bacen e da Convenção entre instituições participantes do

Sistema Financeiro Nacional sobre a emissão, apresentação, processamento e liquidação interbancária dos boletos de pagamento (Convenção de Cobrança).

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá a vigência de 24 (vinte e quatro meses), contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, na forma ajustada entre as partes, valor unitário da remuneração pelos serviços prestados, conforme tabela abaixo:

Tarifa	Valor
Liquidação – diversos canais	

### Parágrafo primeiro

A **CONTRATADA** terá como pagamento o valor global projetado de até R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxx).

### Parágrafo segundo

A instituição financeira **CONTRATADA** repassará após cada período de inscrição, relatório de aviso de débito referente aos boletos emitidos e pagos, informando:

- a) Quantidade de tarifas de liquidação;
- b) Valor unitário de tarifa de liquidação;
- c) Valor total de tarifas de liquidação.

Após a emissão do relatório final, o Município providenciará a emissão do empenho escritural.

### **Parágrafo terceiro**

Após a emissão do relatório, a CONTRATANTE providenciará a emissão do empenho escritural.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

**06001.04122.0007.2023.339039.0.1.000 - SMGP**

### **Parágrafo único**

Para os exercícios seguintes, novas dotações deverão ser informadas tomando-se por base o PPA e a LOA vigentes, do ano correspondente.

### **CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E REAJUSTE**

O contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, nos casos do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 700/2023:

#### **I. Unilateralmente pela Administração:**

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

#### **II. Por acordo entre as partes:**

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação

ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

### **Parágrafo primeiro**

Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas ou da data base dos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho.

### **Parágrafo segundo**

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste sobre os insumos após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, no percentual decorrente da aplicação do índice.

- I. O intervalo mínimo de 12 (doze) meses para o primeiro reajuste será contado a partir da data de apresentação da proposta do orçamento.
- II. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- III. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço de eventual valor remanescente.

### **Parágrafo quarto**

É facultada ao órgão promotor a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Acompanhar, fiscalizar, controlar e validar os serviços prestados pela contratada;

- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, preferencialmente, através de e-mail oficial constante no cadastro de fornecedores;
- III. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

- I. Possuir a solução de cobrança para a execução do objeto do contrato;
- II. Disponibilizar diariamente arquivo de retorno para que sejam baixados (download) e carregados no sistema de gestão das inscrições da Instituição responsável pela execução de todas as etapas do concurso/PSS, PSP;
- III. Bloquear o sistema de emissão de boleto à meia noite do último dia de inscrição, não permitindo que o candidato imprima boleto após este horário;
- IV. Receber pagamento da taxa, respeitando o horário de compensação bancária até o dia seguinte após o término da inscrição;
- V. Repassar à contratante as informações necessárias ao bom desempenho da cobrança, inclusive referente aos boletos liquidados e não liquidados;
- VI. Acolher as inclusões e liquidações de boletos e processá-los no dia da ocorrência, não se responsabilizando por problemas oriundos da contratante ou do Instituto por ela contratado para a execução das etapas do concurso;
- VII. Emitir, diariamente, relatório eletrônico de retorno, extrato da posição da carteira, quando houver movimentação na carteira;
- VIII. Resolver no prazo máximo de 02 (duas) horas, problemas oriundos do seu sistema eletrônico que possam prejudicar o bom andamento das inscrições e transmissão de informações, via arquivo de retorno;
- IX. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessário, nos termos do Art. 125 da Lei Federal nº 14.133 de 10 de junho de 2021.

## **CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As infrações cometidas pela CONTRATADA no decorrer da execução deste contrato estarão sujeitas à aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 700/2023 e demais legislações aplicáveis, respeitando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.



### **Parágrafo primeiro**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 700/2023, a CONTRATADA que:

- I.dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II.dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.dar causa à inexecução total do contrato;
- IV.deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V.não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII.ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado;
- VIII.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;
- IX.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
- X.fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- XI.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XII.violar o sigilo das informações;
- XIII.violar a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- XIV.Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- XV.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- XVI.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **Parágrafo segundo**

Sem prejuízo de possível rescisão contratual e reparação pelos prejuízos na esfera cível e penal, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I.Advertência: será aplicada pela falta prevista no item 19.1, I do Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II.Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) serviço(s) prejudicado(s);

III. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

### **Parágrafo terceiro**

Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

### **Parágrafo quarto**

Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### **Parágrafo quinto**

A sanção de advertência será aplicada em razão de conduta praticada na fase contratual e somente quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I. pelo descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não decorrer qualquer prejuízo à Administração ou ao interesse público;
- II. pela inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração.
- III. A sanção de multa terá aplicabilidade obrigatória para a situação de atraso injustificado na execução do contrato.

### **Parágrafo sexto**

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes condutas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I.der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II.der causa à inexecução total do contrato;
- III.ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

### **Parágrafo sétimo**

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações:

- I.prestar declaração falsa;
- II.praticar ato fraudulento;
- III.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV.praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

### **Parágrafo oitavo**

A aplicação de qualquer penalidade não prejudica o direito da Administração de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial por eventuais perdas e danos.

### **Parágrafo nono**

Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor de pagamento devido pela Administração à Contratada, a Contratada, além de perder esse valor, ficará sujeita à cobrança judicial dos valores devidos.

### **Parágrafo décimo**

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exime a Contratada da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

### **Parágrafo décimo primeiro**

A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

### **Parágrafo décimo segundo**

Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Administração Pública deverá encaminhar cópias do processo administrativo necessário à apuração da responsabilidade da empresa à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, conforme disposto no Decreto Municipal nº 1671/2019.

### **Parágrafo décimo terceiro**

A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira seguirão o rito normal no órgão/entidade do Município.

### **Parágrafo décimo quarto**

O processamento do PAR não interferirá no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

### **Parágrafo décimo quinto**

A aplicação de qualquer penalidade prevista neste contrato será realizada em processo administrativo que assegurará à Contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se o

procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999, além do rito previsto no Decreto Municipal nº 700/2023 e no art. 35 do Decreto Municipal nº 460/2023, naquilo que não conflitar com as referidas Leis.

#### **Parágrafo décimo sexto**

Os interessados ficam cientes de que, na hipótese de constatação de formação de conluio ou diante do indício de crime previsto na Lei de Licitações, o caso será comunicado às autoridades competentes, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

#### **Parágrafo décimo sétimo**

A declaração de inidoneidade aplicada pela Administração Pública de qualquer esfera federativa e o impedimento do direito de licitar ou contratar aplicados pelo Município não terão efeito retroativo e não acarretarão a rescisão dos contratos vigentes.

#### **Parágrafo décimo oitavo**

Em exceção à regra prevista, poderá o Município rescindir as notas de empenho vigentes com o sancionado, desde que sejam indicadas nos autos as razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante.

#### **Parágrafo décimo nono**

A rescisão ocorrerá apenas a partir da data da decisão irrecorrível que aplica a sanção à Contratada, sendo devido o pagamento apenas pelos serviços executados até então, relacionados ao contrato.

### **Parágrafo vigésimo**

A aplicação das penalidades previstas impedirá a nova contratação do sancionado enquanto durarem os efeitos da pena, bem como a prorrogação do prazo de vigência de eventuais outras notas de empenho firmadas entre o Município e o sancionado.

### **CLÁUSULA NONA - DA INADIMPLÊNCIA**

Em caso de mora, o CONTRATANTE pagará juros de 12% (doze por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do principal, acrescido de encargos, até o efetivo pagamento.

### **Parágrafo único**

A permanência na condição de inadimplência por mais de 30 dias ensejará a rescisão automática do contrato, sem a necessidade de prévio aviso.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O presente contrato poderá ser extinto sem ônus, de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente nas condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;



IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade **CONTRATANTE**;

VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

#### **Parágrafo primeiro**

Na hipótese de a **CONTRATANTE** solicitar a extinção, deverá efetuar comunicação por escrito, com antecedência de até 60 (sessenta) dias, à **CONTRATADA**, sendo então pagos os serviços comprovadamente devidos, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer outra compensação ou indenização, seja a que título for.

#### **Parágrafo segundo**

Na hipótese de a **CONTRATADA** solicitar a extinção, esta deverá continuar prestando os serviços por período a ser estipulado pela **CONTRATANTE**, a contar da data do recebimento da solicitação de extinção.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LGPD**

A **CONTRATADA** se compromete a cumprir integralmente os princípios e regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), da Política de Privacidade e da Política de Segurança da Informação do **CONTRATANTE**, garantindo a segurança e confidencialidade das informações pessoais tratadas durante a execução do contrato.

### **Parágrafo único**

Em caso de incidente de segurança que possa ferir os direitos dos titulares de dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE no mesmo dia em que tomar ciência do fato, formalmente e por escrito.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

O presente Contrato poderá ser rescindido sem ônus, de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente, nas condições e hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos casos de:

- I. Inexecução total ou parcial do contrato;
- II. Atraso injustificado na execução dos serviços;
- III. Falência da CONTRATADA;
- IV. Interrupção da prestação dos serviços por mais de 2 (dois) dias consecutivos, sem justo motivo aceito pelo CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento por extrato no Diário Oficial, conforme previsto no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

Ficam designados como Gestor e Fiscal para esta contratação, para o exercício das atribuições constantes no Decreto Municipal nº 2193/2023 e demais legislações pertinentes, bem como aquelas que vierem a substituir, os respectivos servidores:

Gestor titular: Thiago Felipe Ribeiro dos Santos, matrícula nº 186.437

Gestor suplente: Geruza de Souza de Melo Carvalho, matrícula nº 85.889

Fiscal titular: Dayane Cristina Puska, matrícula nº 145.218

Fiscal suplente: Camila Cristina Vaz, matrícula nº 188.073

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba- PR, como sendo competente para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais decorrentes deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato na presença de duas testemunhas, em uma via a qual serão extraídas quantas cópias necessárias.

Palácio 29 de Março, **XX** de **XX** de 20**XX**.

**XXXXXXXXXXXX**

**XXXXXXX**

CONTRATANTE

CONTRATADA

**1ª Testemunha**

**2ª Testemunha**

Nome:

Nome:

CPF/MF:

CPF/MF:

### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO DE PLENA CAPACIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA**

Para a participação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, declaramos para todos os fins de direito, que possuímos plena capacidade técnica, operacional e administrativa para executar os serviços.

Declaramos também, que estamos cientes de todos os detalhes, especificações e condições de execução do objeto do presente Pregão Eletrônico o que significa que assumiremos integral responsabilidade por eventuais erros e omissões no preenchimento da nossa proposta de preços e ainda, que estamos de pleno acordo com todas as exigências técnicas estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração